



EMENDAS PARLAMENTARES

Dino: “O acordo não finaliza o processo”

Ministro do Supremo diz que acerto entre os Poderes tem “boas balizas”. Ele demonstra confiança de que as partes cumprirão o que foi firmado, até porque — conforme lembra — as liminares que proíbem repasses valerão até que sejam adotadas regras de transparência

» EVANDRO ÉBOLI
» VICTOR CORREIA
» MAYARA SOUTO

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), disse ter ficado satisfeito com o acordo entre os Três Poderes sobre as emendas parlamentares, avaliou o acerto como tendo “boa balizas”, mas frisou que o processo não está finalizado.

Segundo Dino, a reunião de terça-feira, em que se firmou o acordo, buscou uma alternativa para o problema da falta de transparência das emendas parlamentares. Responsável pela decisão que suspendeu os repasses — posteriormente avaliada pelo plenário do STF —, o ministro acredita que os 10 dias estabelecidos para finalizar o documento com as medidas de aplicação das emendas são prazos suficientes.

“Tem boas balizas e trilhos que melhoram o sistema daqui para a frente”, destacou, após o evento que celebrou um acordo entre STF, Câmara e Senado sobre pacto de transformação ecológica (leia reportagem na página 6).

Perguntado sobre o que pode ocorrer se as partes envolvidas não cumprirem o acordado sobre as emendas, Dino reconheceu que o tema discutido não tem força normativa, mas acredita que todos cumprirão.

“Tenho certeza que estes 10 dias dados pelo documento serão importantes. O documento não tem força normativa e impositiva, mas claro que todos vão cumprir”, afirmou. “O acordo não finaliza o processo, tanto que as liminares estão valendo. Mas sinaliza o caminho pelo qual chegaremos ao fim do processo.”

Ficou combinado que, nesse prazo, o Executivo e o Legislativo vão se reunir para regulamentar o tratamento às emendas de comissão, que, a partir de agora, serão atreladas a projetos de interesse nacional ou regional, a serem definidos entre os dois Poderes.

Sobre as emendas individuais, as chamadas “Pix” — distribuídas entre os parlamentares sem qualquer critério — e as de bancadas dos estados seguirão impositivas. Os recursos das “Pix” deverão ser

Rosinei Coutinho/SCO/STF



Reunião no STF
O acordo entre as duas partes ocorreu na terça-feira, em um almoço entre todos ministros do STF; dois ministros do governo Lula; os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL); e o procurador-geral da República, Paulo Gonet.

Moeda de troca
As emendas de comissão têm sido usadas como moeda de troca política no Congresso desde o fim do orçamento secreto, esquema que consistia no repasse de emendas de relator sem transparência e de forma que dificultava a fiscalização. Nas emendas de comissão, não fica identificado o nome do parlamentar que indicou o recurso.

Tenho certeza que estes 10 dias dados pelo documento serão importantes. O documento não tem força normativa e impositiva, mas claro que todos vão cumprir. O acordo não finaliza o processo, tanto que as liminares estão valendo. Mas sinaliza o caminho pelo qual chegaremos ao fim do processo”

Flávio Dino, ministro do STF

direcionados para conclusão de obras inacabadas.

Segundo o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), será apresentada uma proposta de emenda à Constituição (PEC) para limitar o valor das emendas parlamentares em geral.

“O aumento das emendas parlamentares se dá com o percentual da receita corrente líquida. E isso acaba gerando realmente um risco no futuro de que, com o aumento da receita e com a contenção de

despesas discricionárias, pode haver um aumento muito grande das emendas parlamentares que absorva o discricionário do país”, declarou Pacheco.

Sem citar nominalmente o acerto sobre as emendas, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva enalteceu, ontem, a união entre os Três Poderes, durante o evento no Planalto. Disse que “democracia não é um pacto de silêncio em que todos obedecem apenas um”. Falou, também que a união dos Poderes “é o testemunho da

força e da maturidade da nossa democracia”.

Essas declarações do presidente foram feitas na frente dos presidentes do STF, Luís Roberto Barroso; da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, ressaltou que o “pacto” entre Poderes foi uma “ostentação de civilidade” e de diálogo por parte das autoridades.

“Tivemos um momento histórico no dia de ontem (terça). Primeiro, porque ele foi uma ostentação da civilidade, de que é possível sentar os Três Poderes para dialogar, conversar e construir um caminho em comum”, frisou, durante participação no evento Fórum Saúde, organizado pela farmacêutica EMS e Esfera.

“A gente viveu recentemente um período em que o governo federal dizia que ia entrar com um jeep e um soldado para fechar o Supremo e criava crise e conflito todos os dias no Congresso Nacional”, acrescentou.

Alcolumbre quer alteração

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), disse, ontem, que fará sugestões para alterar uma parte do acordo firmado entre o Congresso e o Supremo Tribunal Federal (STF) sobre emendas. Segundo o parlamentar, é preciso que as emendas de bancada não fiquem restritas a financiar “projetos estruturantes”, como foi estabelecido.

Na visão de Alcolumbre, esse critério pode prejudicar pequenas cidades. “Estou num impasse no que está escrito no acordo. Se ficar com essa tese fechada, vamos prejudicar municípios importantes”, afirmou. Ele fará uma sugestão de mudança ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Atualmente, as emendas de bancada já devem ser indicadas pelo conjunto de parlamentares de cada estado para obras estruturantes, como rodovias, pontes e hospitais. No entanto, nos últimos anos, passaram a ser “rateadas” entre os congressistas, desvirtuando a norma. Por isso, essas emendas entraram no acordo anunciado na terça-feira.

O senador deu um exemplo para defender o argumento. “Emendas de bancada são colocadas em obras estruturantes, mas muito com a obrigatoriedade na Saúde. Uma pavimentação na região metropolitana de uma cidade grande, que no entorno tem cinco, seis cidades... Será que a obra de infraestrutura que serviria para uma rodovia federal serviria para a pavimentação da região metropolitana? Do jeito que está indo, pode ser que prejudique os municípios”, frisou.

Para Alcolumbre, deputados e senadores assumem funções importantes ao reparar emendas para a construção de obras em municípios brasileiros. “Os parlamentares colocam no Orçamento a realidade do que eles vivem no dia a dia das cidades e dos estados. Se não participarem disso, como que vai dar resposta à sociedade?”, questionou ele, que é favorito na disputa pela presidência do Senado, que ocorrerá no início de 2025.

CCJ mantém análise de PECs contra STF

Apesar do anunciado acordo entre os Três Poderes em torno das emendas parlamentares, a presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), deputada Carol de Toni (PL-SC), anunciou que não vai retroceder e manterá na pauta do colegiado a votação das duas emendas constitucionais que tiram poder do Supremo Tribunal Federal (STF).

As duas PECs foram destravadas pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), na semana passada, no calor do embate entre Congresso e STF, por conta da decisão do ministro Flávio Dino de suspender pagamento e liberação de emendas até que sejam estabelecidos critérios de transparência e rastreabilidade.

Uma das emendas, já aprovada no Senado, restringe o poder

de decisão monocrática de ministros do STF. E a outra, da lavra dos bolsonaristas, permite que o plenário da Câmara e do Senado derrube qualquer decisão do tribunal que considere ter exorbitado seus poderes.

De Toni até escolheu o deputado Filipe Barros (PL-PR) como o relator da PEC das decisões monocráticas. Nas suas redes, a parlamentar enfatizou: “Não vamos retroceder. As PECs 8/21 (decisão monocrática) e 28/24 (revisão de decisões do STF) serão tratadas com a devida seriedade e celeridade que o tema merece”.

Já Barros comentou, nas redes, sua indicação para uma das relatorias. “Fui designado relator da PEC 8/2021 (das decisões monocráticas do STF) pela presidente da CCJ, Carol

de Toni. Trataremos a matéria com a seriedade e sobriedade que o tema exige.”

Bolsonaristas

Uma das PECs usadas por Lira para atingir o STF, e mantida na pauta da CCJ, foi apresentada em 2023 e autoriza o Congresso a derrubar qualquer decisão da Corte que entenda que feriu as prerrogativas da Câmara e do Senado. O autor é o bolsonarista Reinhold Stephanes Junior (PSD-PR), um aliado ferrenho do ex-presidente da República.

O **Correio** mostrou que, dos 185 signatários da emenda — são necessárias 171 adesões para se protocolar uma PEC —, pelo menos 160 são aliados de Bolsonaro. Do PL, 75 deputados

assinaram a proposta. Dos 51 deputados do PP, de Lira, 21 assinaram. Ao todo, do Centrão, 92 apoiaram a PEC: PSD (33), União Brasil (25), Republicanos (13), além do PP (21).

Pelo texto, bastam dois terços de votos da Câmara, que são 257 deputados, e também do Senado, 41 votos, para que uma decisão do STF seja rejeitada.

“Se o Congresso Nacional considerar que a decisão exorbita do adequado exercício da função jurisdicional e inova o ordenamento jurídico como norma geral e abstrata, poderá sustar os seus efeitos pelo voto de dois terços dos membros de cada uma de suas Casas Legislativas, pelo prazo de dois anos, prorrogável uma única vez por igual período”, diz trecho da proposta contra o STF. (EE)

Posse no TST

TST-oficial



O ministro Fabricio Gonçalves tomou posse, ontem, em sessão solene no Tribunal Superior do Trabalho (TST). Natural de Brasília de Minas (MG), o magistrado se graduou em direito na Pontifícia Universidade Católica do estado. A solenidade contou com a presença do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco; da ministra Cármen Lúcia, integrante do STF e presidente do Tribunal Superior Eleitoral; e do governador Ibaneis Rocha, além de outras autoridades. (Com informações do site do TST)